

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 20.

1 Leonardo, depois de acabadas todas as cerimônias,  
foi declarado agregado à casa de Tomás da Sé, e aí  
continuou convenientemente arranjado. Ninguém se  
admire da facilidade com que se faziam semelhantes coisas;  
no tempo em que se passavam os fatos que vamos  
narrando, nada havia mais comum do que ter cada casa um,  
dois e às vezes mais agregados. Em certas casas os  
agregados eram muito úteis, porque a família tirava grande  
proveito de seus serviços; outras vezes, porém, e estas eram  
em maior número, o agregado, refinado vadio, era uma  
verdadeira parasita que se prendia à árvore familiar, que lhe  
participava da seiva sem ajudá-la a dar os frutos, e que, mais  
ainda, chegava mesmo a dar cabo dela. E o caso é que,  
apesar de tudo, se na primeira hipótese o esmagavam com  
o peso de mil exigências, se lhe batiam a cada passo com os  
favores na cara, se o filho mais velho da casa, por exemplo,  
o tomava por seu divertimento, e à menor e mais justa  
queixa saltavam-lhe os pais em cima, tomando o partido de  
seu filho, no segundo aturavam quanto desconcerto havia  
com paciência de mártir, o agregado tornava-se quase rei  
em casa, punha, dispunha, castigava os escravos, ralhava  
com os filhos, intervinha, enfim, nos mais particulares  
negócios.

Em qual dos dois casos estava ou viria a estar em  
breve o nosso amigo Leonardo? O leitor que o decida pelo  
que se vai passar.

Manuel Antônio de Almeida. **Memórias de um sargento de milícias**.  
1854. Internet: <www.dominiopublico.gov.br> (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos  
do texto, julgue os itens de 1 a 10.

- 1 O texto aborda uma situação considerada atípica para a época em que se sucederam os fatos narrados: a presença de um agregado nas casas das famílias.
- 2 Infere-se do texto que o agregado era um tipo de empregado doméstico que pernoitava na casa onde trabalhava.
- 3 Segundo o texto, os agregados úteis eram o tipo de agregado que existia em menor número.
- 4 O trecho “punha, dispunha, castigava os escravos, ralhava com os filhos, intervinha, enfim, nos mais particulares negócios” (linhas de 21 a 23) apresenta as funções exercidas pelo agregado útil que justificavam seu tratamento como “rei” (linha 20) nas casas das famílias.
- 5 No texto, o narrador se isenta de dar uma opinião a respeito de que tipo de agregado seria Leonardo.
- 6 No texto, a expressão “dar cabo” (linha 13) significa o mesmo que **acabar**.

- 7 Na linha 9, o sinal de ponto e vírgula separa duas partes de um mesmo período, que estabelecem entre si uma relação de oposição, que é evidentemente expressa pela conjunção “porém”.
- 8 O vocábulo “que”, na oração “que lhe participava da seiva” (linhas 11 e 12), tem um papel coesivo no texto porque dispensa a repetição do termo “árvore familiar” (linha 11), retomando-o e, ainda, introduzindo uma explicação a seu respeito.
- 9 No texto, o narrador restringe-se ao uso de verbos no pretérito imperfeito para apresentar os acontecimentos, em atenção a essa característica essencial da narração.
- 10 Infere-se do texto que os familiares eram condescendentes com a conduta do agregado do tipo “refinado vadio” (linha 10).

No que se refere aos aspectos gramaticais e aos sentidos do texto, julgue os itens de 11 a 20.

- 11 O emprego da vírgula logo após “Leonardo” (linha 1) é obrigatório, pois tem a finalidade de isolar o vocativo no texto.
- 12 Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam mantidos se o trecho “depois de acabadas todas as cerimônias” (linha 1) fosse reescrito da seguinte forma: **depois de acabar todas as cerimônias**.
- 13 O uso do sinal indicativo de crase no vocábulo “à” (linha 2) é obrigatório.
- 14 À linha 4, sem prejuízo da correção gramatical do texto, o verbo “faziam” poderia ser substituído pelo singular **fazia**, caso em que o sujeito passaria a ser indeterminado, em virtude do emprego do vocábulo “se”.
- 15 Segundo a ortografia oficial em vigor, além do registro “em cima” (linha 18), é também correta a grafia **encima**.
- 16 A forma pronominal feminina empregada em “ajudá-la” (linha 12) refere-se à “árvore familiar” (linha 11).
- 17 Na linha 13, emprego da preposição “a”, em “a dar cabo dela”, deve-se à regência do verbo “chegava”.
- 18 À linha 18, o sujeito do verbo “saltavam” é “os pais”.
- 19 A substituição de “uma” (linha 10) por **um** não prejudicaria a correção gramatical nem a coerência do texto, porque “parasita” (linha 11) é um substantivo que admite tanto o gênero feminino — **uma parasita** — quanto o masculino — **um parasita**.
- 20 A presença da palavra negativa “Ninguém” (linha 3) é o que justifica a próclise pronominal tanto em “se admire” (linhas 3 e 4) quanto em “se faziam” (linha 4).

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referam-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

A respeito do Microsoft Word 2013, do sistema operacional Windows e dos conceitos e das ferramentas utilizados em redes de computadores, julgue os itens de **21 a 25**.

- 21** O Word 2013 contém um recurso que permite a localização de uma palavra de acordo com a sua apresentação, ou seja, ele realiza a pesquisa com diferenciação entre maiúsculas e minúsculas.
- 22** No Windows 7, o usuário tem apenas a opção de desligar o computador. A opção de, por exemplo, colocá-lo em modo de suspensão não é permitida nessa versão, sendo permitida somente nas versões mais recentes, como, por exemplo, no Windows 8 e no Windows 10.
- 23** O comando `ipconfig` não é compatível com o Windows 7. Portanto, ele não pode ser usado nesse sistema operacional para exibir a configuração básica de TCP/IP para todos os adaptadores.
- 24** O FTP é o principal protocolo que possibilita o funcionamento da Internet.
- 25** A ferramenta *traceroute* é utilizada, especificamente, para medir o tempo de resposta da conexão entre computadores de uma rede local.

Com relação ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e programas, às noções de vírus, *worms* e pragas e virtuais e aos aplicativos para segurança da informação, julgue os itens de **26 a 30**.

- 26** No programa de navegação Google Chrome, o usuário, ao ativar a sincronização, poderá salvar e sincronizar favoritos, histórico, senhas e outras configurações.
- 27** O DivX é um codec de vídeo que permite, por exemplo, a redução do tamanho de um filme de 4 GB para 400 MB.
- 28** O programa *scareware* exibe um resultado falso de uma varredura nos arquivos. É um mecanismo usado por ele para induzir o usuário a comprar um programa antivírus.
- 29** Os *sniffers* jamais podem ser utilizados, no ambiente corporativo, para detectar atividades suspeitas dos funcionários, uma vez que somente há licença para uso pessoal.
- 30** Os *sniffers* podem ser utilizados pelos cibercriminosos, uma vez que esses programas permitem conhecer *logins* e senhas de usuários de computadores.

Uma loja vende garrafas totalmente cheias de água em três tipos de formato: cônico; esférico; e cilíndrico. As garrafas cilíndricas e as garrafas cônicas têm a mesma altura e suas bases têm o mesmo raio das garrafas esféricas. Para encher totalmente um recipiente cúbico de aresta igual a  $2\pi$  cm, Pedro comprou 5 garrafas cônicas, uma garrafa esférica e duas garrafas cilíndricas. Já Paulo adquiriu duas garrafas cônicas, 4 garrafas esféricas e uma garrafa cilíndrica, para encher totalmente um recipiente cilíndrico com 8 cm de altura e raio da base igual a  $\pi$  cm. Nos dois casos, não houve transbordamento nem sobrou água nas garrafas, lembrando que os recipientes estavam inicialmente vazios.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **31 a 33**.

- 31** A altura da garrafa cônica é duas vezes o raio da garrafa esférica.
- 32** Suponha-se que Pedro tenha comprado um recipiente maior, cujo volume a mais é igual à metade de 40% do volume total do novo recipiente. Nesse caso, é correto afirmar que o volume do recipiente novo é maior que  $10\pi^3$  cm<sup>3</sup>.
- 33** Escolhendo-se aleatoriamente uma garrafa dentre as compradas por Pedro e uma garrafa dentre as compradas por Paulo, a probabilidade de pelo menos uma delas ser uma garrafa cilíndrica é de  $\frac{9}{14}$ .



**RASCUNHO**



Uma empresa possui 80 funcionários, sendo 45 mulheres. Uma pesquisa perguntou aos funcionários se eles se consideravam como proativos ou criativos. O resultado foi o seguinte: 50 funcionários se consideravam proativos; 40 funcionários se consideravam criativos; 25 mulheres não se consideravam apenas criativas; todos os funcionários possuíam pelo menos uma das qualidades; e nenhum homem tem as duas qualidades.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **34 a 37**.

- 34** A quantidade de mulheres que se acham apenas criativas ou apenas proativas é menor que 36.
- 35** 25% dos funcionários se acham apenas proativos e são homens.
- 36** A negação da proposição: “Todos os funcionários possuem pelo menos uma qualidade e nenhum homem tem as duas qualidades” é “Existe algum funcionário que possui nenhuma qualidade ou algum homem não tem as duas qualidades”.
- 37** Podem ser selecionados do grupo dos funcionários que se acham apenas criativos exatamente 39.900 grupos de 6 funcionários, dos quais 4 são homens.

- A: conjunto-solução da inequação  $|x + 4| < 1$ .
- B: conjunto-solução da inequação  $x^2 - 2x - 3 > 0$ .
- C: conjunto-solução da inequação  $\frac{x+2}{-x^2+3x-2} > 0$ .
- t: número racional é todo número que pode ser representado por uma fração.

Conhecendo os conjuntos A, B e C e considerando a proposição t acima, julgue os itens de **38 a 40**.

- 38** Sabendo-se que  $Y \cup A = B \cap C$  e  $Y \cap A = \emptyset$ , é correto afirmar que o conjunto Y é igual a  $]-\infty, -5] \cup [-3, -2[$ .
- 39** Suponha-se que a proposição  $p \wedge \sim q$  tenha valor lógico verdadeiro e a proposição  $\sim p \leftrightarrow \{[r \vee (s \leftrightarrow t)] \rightarrow q\}$  tenha valor lógico falso. Nesse caso, é correto afirmar que a proposição s tem valor lógico falso.
- 40** Por definição, o número  $\pi$  (Pi) representa o valor da razão entre o perímetro de uma circunferência e seu diâmetro. Sendo assim, é correto afirmar que  $\pi$  é um número racional, pois pode ser escrito na forma de fração.

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Relativamente às normas de conduta dos servidores públicos, julgue os itens de **41 a 46**.

- 41** O processo administrativo disciplinar para a apuração das infrações éticas prescinde do direito à ampla defesa.
- 42** É facultado, em quaisquer hipóteses, ao servidor público delegar à pessoa estranha à repartição atribuição que seja de sua competência e responsabilidade.
- 43** O servidor público está sujeito a penalidades administrativas em razão de condutas que venham a atentar contra a ética e a moralidade administrativa.
- 44** Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe sejam afetos.
- 45** Em todos os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
- 46** Na hipótese de um agente público causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa à Administração Pública, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-lo.

No que pertine à Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), julgue os itens de **47 a 50**.

- 47** Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e às entidades da administração pública direta e indireta. Caso não lhe seja assegurado o direito, o requerente não poderá interpor recurso.
- 48** No momento em que o requerente solicitar informações aos órgãos da Administração Pública, deverá fundamentar o seu pedido de forma pormenorizada, comprovando os motivos determinantes de sua solicitação, mesmo quando se tratar de informação de interesse público.
- 49** As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para a realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão ou quaisquer outros instrumentos congêneres não se submetem às diretrizes da Lei de Acesso à Informação.
- 50** Para efeitos da Lei de Acesso à Informação, considera-se como informação pessoal aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

À luz do Decreto n.º 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, julgue os itens de **51 a 53**.

- 51** Os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta deverão criar o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), com o objetivo de atender e orientar o público quanto ao acesso à informação, entre outros.
- 52** A classificação de informação no grau ultrassecreto é de competência dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 53** As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem detidas pelos órgãos e pelas entidades poderão ter divulgação ou acesso por quaisquer pessoas, independentemente de consentimento das pessoas a que se referirem.

No que concerne ao Decreto n.º 9.830/2019, que institui a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os itens **54 e 55**.

- 54** A edição de atos normativos por autoridade administrativa poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico.
- 55** Na decisão que declarar a invalidade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativas, o decisor poderá, consideradas as consequências jurídicas e administrativas da decisão para a Administração Pública e para o administrado, restringir os efeitos da declaração ou decidir que sua eficácia se iniciará em momento posteriormente definido.

A intensa ocupação da região Amazônica nas últimas décadas e o avanço de atividades ambientalmente degradantes constituem um contexto de vulnerabilidade para esse ecossistema e, conseqüentemente, para os povos indígenas e suas terras. A ação conjunta entre FUNAI e IBAMA já mostrou bons resultados na inibição de infrações ambientais na Amazônia e em terras indígenas no passado. O fortalecimento da vigilância e do combate às ameaças ambientais dentro e no entorno das terras indígenas é essencial para a proteção efetiva desses territórios e para garantir a promoção dos direitos dos povos indígenas da Amazônia.

Internet: <<http://www.ccst.inpe.br>> (com adaptações).

Acerca do desenvolvimento sustentável e da ecologia nos ambientes florestados do Brasil, julgue os itens de **56 a 60**.

- 56** A vulnerabilidade do ecossistema amazônico apontada no texto está tão-somente ligada ao julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, das demarcações das terras indígenas no chamado “marco temporal”.
- 57** A maior ameaça ambiental sofrida pelo ecossistema amazônico está ligada à derrubada da cobertura vegetal original por pastagens, monoculturas agrícolas, mineração e queimadas.

- 58** As queimadas dos dois últimos anos na Amazônia e no Pantanal causaram falta de subsistência para parte das populações urbanas e rurais das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.
- 59** O desenvolvimento sustentável tem maior eficácia no interior das áreas em que vivem os povos nativos da floresta, já que indígenas e ribeirinhos imprimem um ritmo mais condizente com o que a natureza pode oferecer.
- 60** Os impactos ambientais decorrentes do desmatamento, além de prejudicarem o ecossistema, danificam a imagem do Brasil no exterior, a ponto de países como Alemanha e Noruega bloquearem recursos destinados a projetos de preservação ambiental da Amazônia brasileira.

O fim da segunda década do século chega diante de um profundo desafio sanitário, social e econômico global. Os impactos sociais, políticos e econômicos da pandemia de covid-19 aprofundaram os problemas da América Latina, a região mais desigual do mundo segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

Internet: <<https://www.brasildefato.com.br>>.

Com relação aos aspectos políticos e econômicos atuais da América Latina, julgue os itens de **61 a 65**.

- 61** A crise econômica diante de uma economia hiperinflacionária e da alta penetração do dólar norte-americano no país fez o governo venezuelano decretar reconversão ou perda de zeros em sua desvalorizada moeda.
- 62** Sob a liderança do Brasil, países latino-americanos que participaram da Cúpula Latino-americana sobre Mudanças Climáticas solicitaram financiamento de organismos internacionais e intercâmbio de dívida externa em troca de resultados ambientais.
- 63** O descumprimento da quarentena contra a disseminação do coronavírus e a prestação de informações sanitárias falsas por jogadores argentinos fez os agentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) entrarem em campo durante uma partida de futebol entre Brasil e Argentina e interditar essa partida válida pelas eliminatórias da Copa de 2022.
- 64** A crise catapultada pela pandemia de coronavírus, somada à crise econômica que os países já vinham enfrentando com a baixa no preço das *commodities*, fez o Brasil ter um percentual de pobreza material similar ao da Argentina e ao da Venezuela.

- 65** O referendo votado no Chile em 2020, no intuito de mudar a antiga Constituição, e aprovado por uma maioria expressiva teve como premissa um novo modelo de país e futuros debates sobre direitos sociais.

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 contou com ampla participação da sociedade civil, por meio de consulta pública, e foi formulado de acordo com os objetivos previstos pela Lei n.º 13.675/2018, para o desenvolvimento da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com duração de dez anos, será estruturado em ciclos de implementação bienais. A dinâmica de implementação do Plano, por meio de ciclos bianuais, permite que o tema segurança pública possa ser abordado de acordo com o dinamismo que é peculiar ao tema.

Internet: <<https://www.gov.br>> (com adaptações).

Quanto ao cenário da segurança pública no Brasil, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** No Brasil, as mortes classificadas como homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte e as mortes em decorrência de intervenção policial, divulgadas por pesquisas de segurança pública, têm um maior quantitativo de vítimas nas pessoas jovens, negras e do sexo masculino.
- 67** Apesar de a lei do feminicídio tipificar esse tipo de assassinato de gênero como crime há mais de cinco anos, os dois últimos anos de pandemia do coronavírus contribuíram para a redução desse tipo de morte, já que retirou boa parte da população urbana de circulação nas ruas.
- 68** À medida que a Internet possibilita o acesso a mais dados e a agilidade, por logaritmo, nas transações bancárias, as fraudes e os golpes também tendem a crescer percentualmente e uma das causas pode ser creditada à falta de intimidade da população com os velozes avanços dos aplicativos e das ferramentas tecnológicas.
- 69** O aumento do número de armas oficialmente registradas nas mãos de civis no Brasil é diretamente proporcional à escalada da violência nos aglomerados subnormais dos grandes centros urbanos do País.
- 70** Em cidades que possuem sistemas eletrônicos e interligados, a implantação de boletins de ocorrência *on-line* acerca da violência doméstica agiliza o encaminhamento do registro policial para o Poder Judiciário.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da tese da derrotabilidade (*defeasibility*) das regras, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** A ideia de derrotabilidade das regras supera a ideia de “tudo ou nada” e assimila, a exemplo dos princípios, a possibilidade de gradação em sua aplicação.
- 72** A derrotabilidade das regras tem lugar sempre que os valores veiculados pela regra se mostrarem desatualizados.
- 73** Ainda que se admita que a derrotabilidade possa redundar em insegurança jurídica grave, o racional da tese prevê que maior insegurança é gerada pela aplicação indiscriminada de uma regra cuja essência não regule, de modo adequado, o caso concreto.
- 74** A derrotabilidade, precisamente por afastar a incidência de uma regra, exige ônus argumentativo mais gravoso na fundamentação das decisões.
- 75** Ainda que a doutrina de Dworkin seja rechaçada pela premissa de que regras podem ser “derrotadas” em sua aplicação, a tese da derrotabilidade acaba, em alguma medida, invocando aquele autor ao estabelecer como condição para a sua incidência a manutenção da coerência do sistema.

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais e dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** A teoria da nulidade original das normas declaradas inconstitucionais sofre mitigação pela técnica de modulação de efeitos.
- 77** A técnica de modulação de efeitos somente é aplicável ao controle concentrado de constitucionalidade, não se admitindo em controle difuso, eis que, extraíndo seu fundamento da segurança jurídica, não estará em risco quando os efeitos da decisão se conservarem entre as partes.
- 78** A constitucionalidade superveniente, plenamente admitida no ordenamento brasileiro, consiste em convalidar norma originalmente inconstitucional, tornando-a constitucional, à parte de mudanças futuras na Constituição.
- 79** A norma pré-constitucional que conflita com Carta editada posteriormente não sofre uma inconstitucionalidade superveniente, mas sim deixa de ser recepcionada pelo novo modelo.
- 80** O fenômeno da inconstitucionalidade superveniente é passível de ocorrer por meio da mutação constitucional, que gera um conflito entre o novo sentido constitucional e a lei vigente, e por meio da mudança de substrato fático, que induz a efeitos práticos que se mostrem contrários ao texto constitucional, na aplicação de uma lei.

Com relação ao poder regulamentar da Administração, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** O decreto de execução, ou regulamentar, somente tem lugar quando a norma regulamentada se referir a si própria como de eficácia limitada.
- 82** Na esteira do princípio da separação de poderes, o chamado regulamento autorizado, ainda que possa discriminar requisitos técnicos para a execução da lei, não pode funcionar como uma delegação legislativa em branco, isto é, sem contornos e limites da matéria a ser regulamentada.
- 83** O juízo de valor acerca da necessidade de regulamentação de uma norma é do chefe do Poder Executivo.
- 84** Normas que enunciem competências vinculadas e sem margem de liberdade administrativa não comportam regulamentação.
- 85** Decretos que se relacionem mais com a condição do chefe do Poder Executivo de mais alta autoridade e menos com uma competência normativa constitucional se relacionam, na verdade, com o poder hierárquico, não com o regulamentar.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens de **86 a 90** no que concerne ao processo administrativo disciplinar.

- 86** Descabe, na via estreita do mandado de segurança contra decisão condenatória em processo administrativo disciplinar, avaliar a proporcionalidade entre a conduta apurada e a sanção de demissão imposta.
- 87** Descabe, na via estreita do mandado de segurança contra decisão condenatória em processo administrativo disciplinar, avaliar a suficiência ou a insuficiência probatória em que se baseia a apenação.
- 88** É válida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, independentemente de sindicância prévia ou motivação adicional.
- 89** O uso de prova emprestada no processo administrativo disciplinar depende da participação do requerido no processo em que originalmente produzida a prova tomada como emprestada.
- 90** A autoridade julgadora não se vincula à sanção sugerida pela comissão processante disciplinar, podendo agravá-la ou atenuá-la.

Quanto à tutela provisória, julgue os itens de **91 a 95**.

- 91** A extensão da cognição em sede de tutela provisória tanto pode ser plena quanto parcial.
- 92** A tutela provisória, mesmo a de evidência, quando se calçar na probabilidade do direito, se relaciona com cognição sumária, superficial.
- 93** A tutela provisória de urgência antecipada, quando concedida em sentença, funda-se em cognição exauriente.

- 94** Os pedidos liminares relacionam-se com a tutela provisória de urgência cautelar, assecuratória, não com a antecipada, satisfativa.
- 95** Ainda que as tutelas provisórias em geral comportem revogação e modificação, há uma estabilidade mínima, *rebus sic stantibus*, que impõe ao juízo, na hipótese de ulterior modificação de sua decisão original, a fundamentação da alteração de circunstâncias que o levou a modificar sua posição anterior.

De acordo com a legislação pertinente, julgue os itens de **96** a **100** acerca da desconsideração da personalidade jurídica.

- 96** A desconsideração da personalidade jurídica somente pode atingir sócio que haja se beneficiado, direta ou indiretamente, do aproveitamento abusivo da autonomia da personalidade.
- 97** A confusão patrimonial, como requisito para a desconsideração da personalidade jurídica, se verifica com a transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, ainda que cuidem de bens sem valor significante.
- 98** A confusão patrimonial, como requisito para a desconsideração da personalidade jurídica, se verifica com o reiterado cumprimento de obrigações pela sociedade de obrigações do sócio, e vice-versa.
- 99** As hipóteses ilustrativas da confusão patrimonial, para fins de desconsideração da personalidade jurídica, estão taxativamente previstas no Código Civil.
- 100** A mera alteração da finalidade original da atividade econômica da pessoa jurídica não preenche o requisito do desvio de finalidade para fins de desconsideração da personalidade jurídica.

À luz da Convenção n.º 87 da Organização Internacional do Trabalho, julgue os itens de **101** a **105**.

- 101** A constituição de organização sindical depende de prévia autorização do poder público, a fim de que se evite a sobreposição de entidades.
- 102** As organizações sindicais estão sujeitas à dissolução administrativa sempre que violarem suas finalidades institucionais.
- 103** É vedado o estabelecimento de condições para a obtenção de personalidade jurídica por organização sindical que, na prática, importem em embaraço à sua constituição.
- 104** A extensão da proteção à associação sindical dada pela convenção às forças de segurança pública deve obediência à legislação nacional de cada Estado aderente.
- 105** A diretrizes estabelecidas pela convenção, no que dizem respeito às forças de segurança, ostentam eficácia retroativa.

Conforme a jurisprudência especializada, julgue os itens de **106** a **110** no que diz respeito ao cabimento de mandado de segurança no processo do trabalho.

- 106** Por ter sua recorribilidade deslocada para o recurso ordinário, a concessão de tutela provisória em sentença não desafia a impetração de mandado de segurança no processo do trabalho.
- 107** O arbitramento judicial, de ofício, de valor à causa, na medida em que não prontamente recorrível, autoriza a impetração de mandado de segurança.
- 108** A suspensão de empregado público no curso de inquérito que apure eventual falta admite mandado de segurança que busque fundamento em violação a direito líquido e certo.
- 109** A realização de perícia sem prévio recolhimento do depósito prévio autoriza a impetração de mandado de segurança.
- 110** Cabe mandado de segurança contra decisão judicial denegatória de liminar em outro mandado de segurança.

Segundo a Lei n.º 5.524/1968 e seu regulamento, julgue os itens de **111** a **115**.

- 111** Aos técnicos industriais e agrícolas de segundo grau é assegurada a possibilidade de orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações.
- 112** Os técnicos industriais de segundo grau poderão ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, desde que possuam formação específica, inclusive pedagógica.
- 113** Os técnicos de segundo grau cujos diplomas ainda se encontrem em fase de registro não poderão se registrar perante o conselho profissional e, conseqüentemente, não poderão exercer profissionalmente suas atividades.
- 114** Aos técnicos agrícolas de segundo grau, em geral, é assegurada a condução de quaisquer obras e serviços técnicos dentro de suas áreas de atuação.
- 115** Aos técnicos agrícolas de segundo grau, em geral, é assegurada a administração de propriedades rurais em todos os níveis necessários.

No que se refere ao Regimento Interno do Conselho Federal dos Técnicos Industriais, julgue os itens de **116** a **120**.

- 116** O mandato de conselheiro federal possui duração de quatro anos e admite sucessivas e reiteradas reconduções.
- 117** A condição de conselheiro federal, titular ou suplente, é incompatível, simultaneamente, com outro cargo ou função administrativa no Conselho Federal ou nos Conselhos Regionais.
- 118** A ausência injustificada a três ou mais reuniões acarreta a perda do mandato de conselheiro federal.
- 119** É prerrogativa do conselheiro federal registrar em ata suas opiniões ou seus votos, ainda quando ausente da respectiva reunião.
- 120** É prerrogativa do conselheiro federal acessar livremente matéria que contenha informações confidenciais.